
6ª ATA DO ANO DE 2024 DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ao dia 28 de agosto de 2024, teve início a sessão ordinária do Conselho Deliberativo do CRICIUMAPREV, cujos membros foram nomeados por meio do Decreto SG/Nº 1418/24, de 8 de julho de 2024. A reunião foi realizada presencialmente na sede do CRICIUMAPREV.

Presentes na sessão o Presidente do Conselho Deliberativo, Rafael Marinho Colombi, os conselheiros Diogo Luiz Brochetto, Aline Formentin de Souza, Patricia Tatiana Schmidt, Andreia Dagostim Simonetto e Paulina Duarte de Bem Biehl. Também participaram o Gerente Jurídico, Augusto Eduardo Althoff, a técnica-administrativa, Alice Boger Fogaça, e o convidado João Ennes, representante da Referência Gestão e Risco, que participou de forma online.

A sessão foi aberta pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Rafael Marinho Colombi, que apresentou a pauta da reunião. O primeiro item seria a discussão dos repasses, mas, considerando a presença online do representante da Referência Gestão e Risco, João Ennes, a pauta foi ajustada para começar pelas atualizações dos investimentos do CRICIUMAPREV.

João Ennes iniciou sua apresentação com o fechamento dos extratos de julho de 2024, informando que o CRICIUMAPREV encerrou o mês com um total de R\$ 243.654.904,27 em aplicações. Ele detalhou os bancos nos quais o CRICIUMAPREV investe, como BB, Caixa, Banrisul e Bradesco, juntamente com os valores aplicados em cada instituição. João apresentou ainda um gráfico que comparava as metas de 2024 com os resultados alcançados até então, explicando que, apesar das dificuldades do mercado, houve uma redução na diferença entre as metas e os resultados em julho, e que a tendência é de aproximação ainda maior das metas em agosto. Ele destacou que a carteira de investimentos do CRICIUMAPREV está bem posicionada, com foco em proteção e baixo risco, refletindo o perfil conservador do Instituto. Além disso, informou que os relatórios de investimentos são enviados mensalmente ao Ministério da Previdência.

O Presidente do Conselho Deliberativo questionou João se a rentabilidade poderia ser maior caso houvesse mais investimentos em títulos públicos. João confirmou essa possibilidade, mas ressaltou que não é possível investir todo o capital em títulos públicos, devido a restrições técnicas e legais. O Presidente também perguntou se os relatórios de investimentos da Referência Gestão e Risco eram encaminhados ao Comitê de Investimentos do Instituto. João respondeu que sim. Dessa forma, o Presidente sugeriu que seria interessante dialogar com Darci, Diretor-Presidente do CRICIUMAPREV, para que esses relatórios fossem disponibilizados ao Conselho.

O conselheiro Diogo perguntou a João se havia algum investimento em situação crítica. João respondeu que sim, mas o investimento em questão já vem sendo analisado para venda. Com isso, o primeiro item da pauta foi concluído, e o segundo item, referente aos repasses, foi discutido, com o Gerente Jurídico informando que todos estavam em dia. O Presidente do Conselho perguntou sobre o andamento do projeto de lei da segregação de massas, e o Gerente Jurídico informou que o projeto já foi votado e aprovado.

A conselheira Andreia questionou sobre o estudo para a possibilidade de aumentar a imunidade para dois salários mínimos. O Presidente Rafael esclareceu que, conforme seu entendimento, quando o atuário Guilherme realizar o estudo atuarial no final do ano, essas informações serão usadas para avaliar a viabilidade do aumento da imunidade. Rafael sugeriu que o tema fosse levado ao Diretor-Presidente na próxima reunião, para que ele informe ao Conselho sobre a existência e andamento desse estudo técnico.

A conselheira Patricia perguntou quais seriam os próximos passos após a conclusão do estudo técnico e se a mudança estaria garantida para o próximo ano. O Gerente Jurídico explicou que, após a finalização do estudo e posterior deliberação do Conselho, o projeto de lei seria encaminhado à Câmara Municipal de Criciúma. Andreia questionou se a Câmara poderia votar o projeto em dezembro ou apenas em janeiro. O Gerente Jurídico confirmou que a votação poderia ocorrer em dezembro, mas com aplicação somente no ano seguinte. Andreia reforçou a necessidade de um retorno do Diretor-Presidente Darci sobre o estudo técnico da imunidade e perguntou se ele poderia receber um grupo de aposentados para discutir o assunto. O Presidente do Conselho sugeriu que o Diretor-Presidente fosse convidado para a próxima sessão ordinária do Conselho Deliberativo, a fim de esclarecer essas dúvidas, permitindo, assim, que as conselheiras Andreia e Paulina, representantes do Sindicato, repassem as informações aos aposentados.

Por fim, a conselheira Patricia manifestou a necessidade de um suplente para representá-la em caso de ausência. A secretária do Conselho comunicou que entraria em contato com Darci para coordenar com o executivo a escolha de um suplente para o conselho. Nada mais a ser dito a reunião foi encerrada. Eu, Alice Boger Fogaça, redigi a presente ata, que, após ser lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Por ser verdade, firma-se.



Seu futuro garantido!

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores

Públicos de Criciúma - CRICIÚMAPREV

Rafael Marinho Colombi

Presidente do Conselho Deliberativo

Diogo Luiz Brochetto

Conselheiro

Aline Formentim de Souza

Conselheira

Patricia Tatiana Schmidt

Conselheira

Andreia Dagostim Simonetto

Conselheira

Paulina Duarte de Bem Biehl

Conselheira

Augusto Eduardo Althoff

Gerente jurídico

Alice Boger Fogaça

Técnica administrativa